

REGISTRO DE IMÓVEIS

8ª Circunscrição - Curitiba - Paraná
Rua José Loureiro, 133 - 18º andar
Fone: 3233-4107

TITULAR:**ITALO CONTI JÚNIOR**

C.P.F. 004056559/91

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA Nº

186.814

FICHA

186.814/ 01F

RUBRICA

IMÓVEL: APARTAMENTO nº 21 (vinte e um), localizado no Segundo (2º) Pavimento, do BLOCO 02 (dois), do CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE IGUAÇU II, situado à Rua Alexandro Glenski, nº 1027 - Bairro Ganchinho, nesta Cidade de Curitiba, com área construída privativa de 42,350 m², área construída de uso comum de 3,936 m² e área total construída de 46,286 m², correspondendo-lhe a fração ideal do solo de 0,002841 e quota de 53,735 m² do terreno onde está construído o Conjunto, constituído pelo Lote 02 (dois), resultante da subdivisão do Terreno com 290.400,00 m², este desmembrado da área com 1.193.268,81 metros quadrados ou 49,30 alqueires paulistas, situado no lugar Ganchinho, nesta Cidade de Curitiba, com as seguintes medidas, características e confrontações: medindo 202,39 metros de frente para a Marginal do Contorno Sul do Município de Curitiba (Lote 06, desta mesma subdivisão); pelo lado direito, de quem da frente do imóvel o observa, mede 93,05 metros e confronta com o Lote nº 05, desta mesma subdivisão; pelo lado esquerdo mede 93,87 metros e confronta com o Lote nº 03, desta mesma subdivisão e na linha de fundos mede 202,39 metros e confronta com o Lote nº 03, desta mesma subdivisão; fechando o perímetro e perfazendo a área total de 18.914,76 metros quadrados.

PROPRIETÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, com sede no SBS, Quadra 4, Lotes 3 e 4, em Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Gestor do Programa de Arrendamento Residencial - PAR, e de representante do FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR, fundo financeiro criado nos termos do art. 2º da Lei nº 10.188, de 12.02.2001, alterada pelas Leis nºs 10.859, de 14.04.2004 e 11.474, de 15.05.2007, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.190.167/0001-50.

TÍTULO AQUISITIVO: Registro 1 (um) da Matrícula nº 138.717, deste Ofício.

Dou fé. Curitiba, 14 de outubro de 2015. (a)
 OFICIAL DO REGISTRO.

AV-1/186.814 - Consoante o que consta da averbação 2 (dois) da Matrícula nº 138.717 deste Ofício de Registro de Imóveis, o imóvel objeto da presente matrícula integra o patrimônio do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.190.167/0001-50, criado no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial - PAR, instituído na Lei nº 10.188, de 12.02.2001, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.859, de 14.04.2004, e 11.474, de 15.05.2007, sendo mantido sob propriedade fiduciária da Caixa Econômica Federal - CEF, bem como seus frutos e rendimentos, não se comunicando com o patrimônio desta, observadas as seguintes restrições: **I** - não integra o ativo da CEF; **II** - não responde direta ou indiretamente por qualquer obrigação da CEF; **III** - não compõe a lista de bens e direitos da CEF, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial; **IV** - não pode ser dado em garantia de débito de operação da CEF; **V** - não é passível de execução por

SEGUIE NO VERSO

MATRÍCULA Nº

186.814

CONTINUAÇÃO

quaisquer credores da CEF, por mais privilegiados que possam ser; e
VI - não pode ser constituído qualquer ônus real sobre o imóvel. (A taxa de contribuição destinada ao FUNREJUS no valor de R\$3,29, calculada nos termos do disposto no inciso XXV do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.216/1998, acrescido pelo artigo 2º, da Lei nº 18.415, de 29/12/2014, foi recolhida em conformidade com o disposto no item 5 do Ofício Circular nº 02/2015, da Diretoria do Centro de Apoio do FUNREJUS, expedido em 26/03/2015. Emolumentos: 78,75 VRC = R\$13,15). Dou fé. Curitiba, 14 de outubro de 2015. (a)

rahe

OFICIAL DO REGISTRO.

RB.

AV-2/186.814 - Consoante o que consta da Averbação 3 (três) da Matrícula nº 138.717, deste Ofício de Registro de Imóveis, e em cumprimento ao contido no Ofício nº 115/2013, do Juízo de Direito da Primeira (1ª) Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais, deste Estado, expedido em 30 de janeiro de 2013, nos Autos sob nº 0014342-41.2010.8.16.0035 (2156/2010), de Nulidade de Ato Jurídico, em que são, autor, MIGUEL ALVIR DOS SANTOS e outros, e, réu, VILSON RONALDO RIBAS DECONTO, que se encontra arquivado neste Serviço de Registro de Imóveis, procede-se a esta AVERBAÇÃO para fazer constar na presente matrícula, por determinação daquele Juízo, a existência da referida Ação de Nulidade de Ato Jurídico.

Dou fé. Curitiba, 14 de outubro de 2015. (a)

rahe

OFICIAL DO REGISTRO.

RB.

AV-3/186.814 - Prot. 517.477, de 06/10/2015 - Consoante Contrato por Instrumento Particular de Venda e Compra Direta de Imóvel Residencial com Parcelamento e Alienação Fiduciária - Contrato nº 171000801927, firmado nesta Capital, em 26 de julho de 2013, do qual uma via fica arquivada neste Ofício de Registro de Imóveis, AVERBA-SE O CANCELAMENTO do destaque e das restrições constantes da averbação 1 (um), da presente matrícula, em virtude da alienação do imóvel, ficando, por consequência e de conformidade com o disposto no art. 2º, § 7º, da Lei nº 10.188, de 12.02.2001, alterada pelas Lei nº 10.859, de 14.04.2004 e Lei nº 11.474, de 15.05.2007, cancelada aquela averbação. (A taxa de contribuição destinada ao FUNREJUS no valor de R\$3,29, calculada nos termos do disposto no inciso XXV do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.216/1998, acrescido pelo artigo 2º, da Lei nº 18.415, de 29/12/2014, foi recolhida em conformidade com o disposto no item 5 do Ofício Circular nº 02/2015, da Diretoria do Centro de Apoio do FUNREJUS, expedido em 26/03/2015. Emolumentos: 78,75 VRC = R\$13,15 - calculados em conformidade com o disposto no art. 43, I, da Lei nº 11.977/2009, com a redação dada pela Lei nº 12.424/2011). Dou fé. Curitiba, 14 de outubro de 2015. (a)

rahe

OFICIAL DO REGISTRO.

RB.

R-4/186.814 - Prot. 517.477, de 06/10/2015 - Consoante Contrato por Instrumento Particular de Venda e Compra Direta de Imóvel Residencial com Parcelamento e Alienação Fiduciária - Contrato nº

—SEGUE—

RUBRICA

FICHA

186.814/ 02F

CONTINUAÇÃO

171000801927, firmado nesta Capital, em 26 de julho de 2013, do qual uma via fica arquivada neste Ofício de Registro de Imóveis, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede no SBS, Quadra 4, Lotes 3 e 4, em Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de gestora do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.190.167/0001-50, fundo financeiro criado no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial, instituído pela Lei nº 10.188, de 12.02.2001, alterada pelas Lei nº 10.859, de 14.04.2004 e Lei nº 11.474, de 15.05.2007, **VENDEU à ELORA MARGARIDA GLODES**, brasileira, solteira, maior, profissional em serviços domésticos, portadora da C.I. nº 3.988.713-4-PR e inscrita no CPF/MF sob nº 457.216.459-20, residente e domiciliada à Rua Roberto Lambach, nº 69, nesta Capital, o imóvel objeto da presente matrícula, pelo preço de R\$45.675,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais), a ser satisfeito por meio de Subvenção Econômica/Subsídio e de Parcelamento/Financiamento concedido pelo Fundo de Arrendamento Residencial - FAR. (ITBI isento, conforme Declaração de Isenção do ITBI nº 979/2014-1, expedida pela Prefeitura Municipal de Curitiba, em 27/01/2014, que fica arquivada neste Ofício de Registro de Imóveis. Dispensada a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela SRFB e pela PGFN, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, em nome da vendedora, em conformidade com o disposto no § 6º, do art. 2º, da referida Lei nº 10.188. FUNREJUS não incidente, nos termos do art. 3º, VII, b, nº 17, da Lei 12.216/98, alterado pelo art. 1º da Lei 12.604/99. Emolumentos: 1.078,00 VRC = R\$180,03 - calculados em conformidade com o disposto no art. 43, I, da Lei nº 11.977/2009, com a redação dada pela Lei nº 12.424/2011). Dou fé. Curitiba, 14 de outubro de 2015. (a)

Mahira
OFICIAL DO REGISTRO.

RB.

R-5/186.814 - Prot. 517.477, de 06/10/2015 - Consoante Contrato por Instrumento Particular de Venda e Compra Direta de Imóvel Residencial com Parcelamento e Alienação Fiduciária - Contrato nº 171000801927, firmado nesta Capital, em 26 de julho de 2013, do qual uma via fica arquivada neste Ofício de Registro de Imóveis, ELORA MARGARIDA GLODES, já qualificada, **ALIENOU FIDUCIARIAMENTE** o imóvel objeto da presente matrícula, em favor da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, com sede no SBS, Quadra 4, Lotes 3 e 4, em Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Gestor do Programa de Arrendamento Residencial - PAR, e de representante do **FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR**, fundo financeiro criado nos termos do art. 2º da Lei nº 10.188, de 12.02.2001, alterada pelas Leis nºs 10.859, de 14.04.2004 e 11.474, de 15.05.2007, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.190.167/0001-50, para garantia da dívida, decorrente de financiamento concedido pelo FAR à Devedora, no valor de R\$45.675,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e setenta e cinco

SEGUE

CONTINUAÇÃO

reais), a ser amortizada, pelo Sistema de Amortização Constante - SAC, no PRAZO de 120 (cento e vinte) meses, por meio de encargos mensais e sucessivos, vencendo-se o primeiro em 26 de agosto de 2013. Juros: Não incidentes. Pena Convencional: 2% (dois por cento) sobre o débito apurado. Para os fins do disposto no artigo 24, VI, da Lei nº 9.514/97, foi atribuído ao imóvel alienado fiduciariamente o valor de R\$45.675,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais). O prazo de carência de que trata o artigo 26, § 2º, da Lei nº 9.514/97, foi fixado em 60 (sessenta) dias após o vencimento do encargo. Demais cláusulas e condições constantes do referido contrato. (FUNREJUS não incidente, nos termos do art. 3º, VII, b, nº 11, da Lei 12.216/98, alterado pelo art. 1º da Lei 12.604/99. Emolumentos: 1.078,00 VRC = R\$180,03 - calculados em conformidade com o disposto no art. 43, I, da Lei nº 11.977/2009, com a redação dada pela Lei nº 12.424/2011). Dou fé. Curitiba, 14 de outubro de 2015. (a)

radhene

OFICIAL DO REGISTRO.

RB.

R-6/186.814 - Prot. 739.574, de 02/03/2023 - Consoante Mandado de Penhora lavrado em 07/02/2023, nos Autos nº 0001805-22.2018.8.16.0200, de Execução de Título Extrajudicial (Despesas Condominiais), em que figuram como exequente, RESIDENCIAL PARQUE IGUAÇU II (CNPJ/MF nº 18.244.233/0001-03) e como executados, ELORA MARGARIDA GLODES (C.I. nº 3.988.713-4-PR e CPF/MF nº 457.216.459-20) e EURIDES GLODES (CPF/MF nº 057.390.209-72), em trâmite perante o Juízo de Direito da Primeira (1ª) Vara Descentralizada do Bairro Novo (Sítio Cercado) - Juizado Especial Cível - PROJUDI, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, instruído com o Ofício nº 337/2023 - mbor, expedido em 14 de março de 2023, e Auto de Penhora e Depósito e Auto de Avaliação, emitidos em 28 de fevereiro de 2023, pelo Oficial de Justiça, Romário Gomes (Matrícula 2376), que ficam arquivado nesta Serventia, efetua-se o registro da **PENHORA dos direitos oriundos da alienação fiduciária do imóvel objeto da presente matrícula, conforme registro 5 (cinco), e que são pertencentes a executada, ELORA MARGARIDA GLODES, para garantia do pagamento do débito em execução, mais cominações legais.** Consta no termo de penhora o valor atribuído de R\$46.998,57 (quarenta e seis mil e novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos). (Observação: Foi solicitado ao Juízo de origem a inclusão na conta de liquidação do processo das despesas relativas aos emolumentos e do FUNREJUS, este no valor de R\$8,63, a teor disposto no art. 555, §§ 1 e 2º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado. Emolumentos: 1.293,60 VRC = R\$318,22; Fundep: R\$15,91; ISSQN: R\$12,73). Dou fé. Curitiba, 16 de março de 2023. (a)

radhene

AGENTE DELEGADO.

hlp

FSLM.

AV-7/186.814 - Prot. 738.675, de 17/02/2023 - (ISENÇÃO DOS EMOLUMENTOS) - Consoante Ofícios nºs 337/2023 - mbor e 216/2023 - mbor expedidos pela Primeira (1ª) Vara Descentralizada do Bairro Novo (Sítio Cercado) - Juizado Especial Cível - PROJUDI, do Foro

SEQUE

RUBRICA

FICHA

186.814/ 03F

CONTINUAÇÃO

Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, em 14 de março de 2023 e 16 de fevereiro de 2023, nos Autos (processo) nº 0001805-22.2018.8.16.0200 de Ação de Execução de Título Extrajudicial (Despesas Condominiais), em que figuram como exequente, RESIDENCIAL PARQUE IGUAÇU II e como executados, ELORA MARGARIDA GLODES e EURIDES GLODES, encaminhados pelo sistema "via mensageiro", datados de 14/03/2023, às 15:21h e 16/02/2023, às 14:25h, que ficam arquivados nesta Serventia, procede-se a esta AVERBAÇÃO para fazer constar, que o ato da penhora, objeto do registro 6 (seis), da presente matrícula, foi isento de todas as taxas deles decorrentes, tais como: FUNREJUS, ISS, FADEP, SELOS FUNARPEN, EMOLUMENTOS, dentre outros, em conformidade com a expressa determinação do mencionado Juízo e conforme prevê o artigo 54 da Lei 9.099/95 e Enunciado 44 do FONAJE, haja visto ter sido deferida a gratuidade de justiça nos autos, extensiva aos atos extrajudiciais. (Emolumentos e demais taxas para ato, não incidentes, em cumprimento a citada determinação). Dou fé. Curitiba, 24 de março de 2023. (a)

AGENTE DELEGADO.

NTR

JRK

AV-8/186.814 - Prot. 801.132, de 17/07/2024 - (CANCELAMENTO DE EXISTÊNCIA DE AÇÃO) - Consoante Decisão com força de Ofício, do Juízo de Direito da Primeira (1ª) Vara Cível de São José dos Pinhais-PR - PROJUDI, do Foro Central desta Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, expedido em 02 de outubro de 2023, nos Autos (processo) sob nº 0014342-41.2010.8.16.0035, de Procedimento Comum Cível (ato/negócio jurídico), instruído com a Decisão proferida em 04 de junho de 2024, AVERBA-SE o CANCELAMENTO da Ação de Nulidade de Ato Jurídico, objeto da averbação 2 (dois) da presente matrícula, por expressa determinação daquele juízo, ficando, por consequência, **cancelada** aquela averbação. (Emolumentos e Funrejus não incidentes, haja vista o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, conforme o art. 519, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado). Dou fé. Curitiba, 01 de agosto de 2024. (a)

AGENTE DELEGADO.

MN.

R-9/186.814 - Prot. 844.046, de 11/06/2025 - (PENHORA) - Consoante Termo de Penhora nº 0000262-18.2017.8.16.0200.0014, lavrado em 09 de junho de 2025, nos Autos nº 0000262-18.2017.8.16.0200, de Cumprimento de Sentença (Despesas Condominiais), em que figuram como exequente, RESIDENCIAL PARQUE IGUAÇU II (CNPJ/MF nº 18.244.233/0001-03), e como executados, ELORA MARGARIDA GLODES (C.I nº 39887134-SSP-PR e CPF/MF nº 457.216.459-20) e EURIDES GLODES (CPF/MF nº 057.390.209-72), em trâmite perante o Juízo de Direito da Primeira (1ª) Vara Descentralizada do Bairro Novo (Sítio Cercado) - Juizado Especial Cível-PROJUDI, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, que fica arquivado nesta Serventia, efetua-se o registro da **PENHORA** do imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade da executada ELORA MARGARIDA GLODES, para garantia do pagamento do débito em execução, no valor de R\$41.384,54 (quarenta e um mil trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), atualizado em 28/02/2025, mais cominações legais. (Observação: Foi solicitada ao Juízo de origem a inclusão na conta de liquidação do processo das despesas relativas aos emolumentos e do FUNREJUS, no valor de R\$82,77, a teor disposto no art. 555, §§ 1º e 2º do CNFE do Paraná. Emolumentos: 1.053,00 VRC = R\$291,68. FUNDEP: R\$14,58. ISSQN: R\$11,67. Selo: R\$8,00). Dou fé. Curitiba, 30 de junho de 2025. (a)

AGENTE DELEGADO.

SEGUE

CONTINUAÇÃO

LD.

Rgd

PARA SIMPLES CONSULTA

NÃO VALE COMO CERTIDÃO

SEGUIE